

N. S. DO ROSÁRIO E S. BENEDITO

O culto especial à N. S. do Rosário no Rio de Janeiro, data de antes de 1639, porquanto, naquela época, os devotos da santa que tinham a sua imagem na Igreja de S. Sebastião (Môrro do Castelo), e os devotos de S. Benedito fundiram os seus cultos e fundaram uma confraria sob a denominação de "N. S. do Rosário e S. Benedito". Essa instituição teve aprovação em 22 de março de 1669, por provisão do prelado Manoel de Souza e Almada, e foi prosperando normalmente até quando a prelazia do Rio de Janeiro foi transformada em bispado, passando a Sé a funcionar na igreja do Castelo.

Começaram nessa ocasião os desentendimentos entre a Irmandade e o Capítulo, tornando a existência daquela, que até então corria plácida, em constantes sobressaltos e dissabores. Entre outros motivos, determinantes das questões, segundo diz Monsenhor Pizarro e Araujo, nas suas "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", havia o da obrigação de contribuir com determinada quantia para o cabido, com a qual não se conformavam os irmãos de N. S. do Rosário e S. Benedito. Não vamos discutir aqui sobre o lado de quem estava a razão; aceitemos os motivos de qualquer forma, mesmo porque seria difícil chegar-se agora a uma conclusão certa.

Dia a dia menos se tornava possível a continuação da sede da Irmandade na igreja de S. Sebastião. E assim ficou resolvido retirarem dali a imagem de N. S. do Rosário e para ela construirem um templo, onde pudesse a mesma ser venerada e festejada tranquilamente, sem maiores contrariedades.

Em 1700, teve início a edificação da igreja num terreno



N. S. DO ROSÁRIO E S. BENEDITO

de 7 braças de frente por 32 de fundo, obtido de Francisca de Pontes, terreno êsse situado na rua Pedro da Costa (hoje Uruguaina). Para levar a têrmo êsse propósito a Irmandade con-

tou com o valioso auxílio do governador Luiz Vahia Monteiro, o "Onça", que se dedicou com especial simpatia ao empreendimento religioso. Dessa forma, dentro de pouco tempo estava concluída a capela-mor, e, logo depois de 1725 todo o templo achava-se completo. Em sinal de eterna gratidão a congregação colocou solenemente o retrato do seu benfeitor no Consistório da igreja.

* * *

Nos desígnios misteriosos do tempo há resoluções imponderáveis. Em 1737, por se encontrar ameaçando ruína a igreja do Castelo, eis que a Sé do Rio de Janeiro é transferida para a Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito!

Não é lícito acreditar-se que a Irmandade recebesse com simpatia essa determinação capitular, porquanto não lhe era possível esquecer a série de contrariedades por que passara ao tempo em que a sua devoção era sediada no santuário do oureiro. De resto, era também compreensível que uma agremiação não desejasse abdicar dos seus direitos sobre uma propriedade, — pois era quase isso o que significava a transformação de um templo em Sé. Em lugar de representar uma honra era, antes um contratempo.

Não era a primeira vez que a Sé se mudava. No ano de 1734, por motivo de obras no Castelo, a catedral passou a ter residência na Cruz dos Militares; tantas foram, porém as desinteligências que surgiram, que, três anos e meio depois os religiosos de S. Sebastião tiveram de deixar a igreja da rua 1.º de Março. Em dias anteriores, em 1659, já o prelado tentara transferir para a Igreja de S. José a Sé do Rio de Janeiro. Encontrando, porém, forte resistência por parte da Irmandade, foi forçado a desistir do propósito.

Não obstante tudo isso, a Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito acatou a ordem superior, e o cabido ali instalou a sua sede provisória.

Recomeçaram logo as contrariedades, e tão sérias foram elas que em 1739 a Irmandade dirigiu ao rei uma áspera e circunstanciada queixa contra o cabido. O soberano, ouvido o governador e a Mesa de Consciências e Ordens, enviou por intermédio do bispo a resposta, ordenando-lhe "conservar interina-

mente a catedral e o cabido na igreja de N. S. do Rosário, enquanto se fazia a nova Sé, para cuja obra de novo recomendou ao bispo que escolhesse sítio apto onde se executasse, sem ser na igreja dos pretos, por não ser decente que o mesmo prelado e o Cabido estivessem celebrando os ofícios divinos em uma igreja emprestada e de mistura com os pretos”.

Como se vê, a opinião real era contrária ao justo desejo da Irmandade. Não havia, pois, mais apelação; sòmente a submissão era aconselhável. Em compensação nunca deixaram os irmãos de questionar e discutir com os cônegos do Cabido durante todo o tempo em que ali estiveram, nem, tampouco, se importaram em mandar melhorar ou limpar o templo. O resultado dêsses desentendimentos foi que a igreja nunca ofereceu certo conforto, e o seu aspecto interno não era de todo agradável.

Essa situação prolongou-se, sempre em perenes discussões, desde 1737 até 1808, quando a catedral passou para a igreja do convento dos Carmelitas, elevada à categoria de capela real.

* * *

Desembarcando no Rio de Janeiro, a 7 de março de 1808, a família de Bragança e o seu enorme séquito, impunha-se à alma religiosa dos monarcas, dos príncipes e de todos os dignitários da casa real, uma visita à Catedral da cidade. Era um dever espiritual a cumprir; desejavam todos render graças aos céus por terem chegado sãos e salvos à esta banda do mundo, onde nem se falava em Napoleão...

O cortejo formou-se no cais do Pharoux com destino à Igreja do Rosário, onde Suas Majestades Sereníssimas e todos os demais componentes da còrte fujona fariam as suas primeiras orações em terra carioca.

Nesse dia de festa, um novo fato desagradável havia ainda de surgir entre o Cabido e a Irmandade. E' que os Cônegos queriam à viva fôrça receber na porta do templo os visitantes, em detrimento dos membros da Irmandade — e donos da casa, portanto.

Estabeleceu-se discussão, tiveram lugar cenas deploráveis, quase de pugilato. Para evitar maior escândalo, os Irmãos

simularam conformar-se com a vontade dos “hóspedes”, e abandonaram o templo, tomando o rumo do centro da cidade.

Ninguém suspeitaria, porém, do que dentro em pouco iria acontecer.

Ao aproximar-se o cortejo da Igreja do Rosário, eis que todos os da Irmandade, que se encontravam ocultos nas imediações, inopinadamente tomam a dianteira do grupo e, imponentes, dão entrada no recinto, formando alas, entre as quais passaram, em grande pôse, os soberanos lusos e todos os seus acompanhantes.

Estavam vingados os irmãos de N. S. do Rosário e S. Benedito. Por serem de côr, os do Cabido não os consideravam dignos de aguardar à entrada do templo tão lusidos personagens; mas foi por entre os pretos que Suas Majestades reais, Suas Altezas e mais fidalgos e fidalgotes chegaram até ao altar-mor!

Foi essa a última desavença ocorrida entre os Irmãos e os ocupantes da Igreja do Rosário. A 15 de julho de 1808, deixava a Catedral para sempre aquele templo onde estivera durante 70 anos, 9 meses e 15 dias, legando à Irmandade grandes e lamentáveis recordações...

* * *

Embora a igreja, nos seus primórdios, nunca tivesse tido grande esplendor, devido aos motivos aqui relatados ligeiramente, nela foram realizadas memoráveis festas, de caráter bastante curioso. O largo que havia em torno, enchia-se de gente de tôdas as esferas, e ali se procedia a leilões de prendas, enquanto eram vendidos objetos e guloseimas em taboleiros forrados com toalhas brancas. A música emprestava um tom de alegria aos festejos daquela gente sem outra ambição senão honrar a Virgem e a S. Benedito.

A êsse respeito Joaquim Manoel de Macedo diz o seguinte, que transcrevemos para melhor compreensão dos nossos leitores:

— “Não há um só dos nossos velhos que não se lembre com saudade das famosas festas do Rosário. Assim como na festa do Espírito Santo há um imperador, nas do Rosário havia rei e rainha com a sua competente corte, e cuja realza durava

um ano. O negro e a negra, rei e rainha da festa do Rosário, apresentavam-se trajando riquíssimos vestidos bordados de ouro e prata, imitando o mais possível as vestes reais dos antigos tempos. A sua côrte enfeitava-se às vêzes extravagantemente, mas sempre com grande luxo. O cortejo real era precedido de uma música especial, e, além da solenidade religiosa havia danças nas ruas, em que tomava parte a realeza improvisada, e os pretos do Rosário batiam palmas, vendo bailar, a seu modo, o rei e a rainha da festa”.

Era, como se percebe, a festa do Rosário, uma cerimônia de cunho nitidamente africano, mas que despertava grande interesse e curiosidade entre o povo da época.

Ainda para ilustrar melhor esta crônica, pedimos vênica a Augusto de Lima Júnior para transcrever trecho de um dos trabalhos que se encontram no seu livro “Histórias e Lendas”, a respeito das festividades em honra de N. S. do Rosário, promovidas pelos pretos escravos, em Vila Rica:

“O rei, de coroa e cetro, e sua luzida corte só apareciam lá para as 10 horas, pouco antes da missa cantada, e apresentava-se com a rainha, os príncipes, os dignitários de sua realeza, cobertos de ricos mantos e trajes de gala bordados a ouro, precedidos de batedores e seguidos de músicos e dansarinos batendo caxambús, pandeiros, marimbás e canzás, executando, os batedores e os do séquito, bailados simbólicos e atroando os ares com esgüeladas ladainhas. As negras do séquito e tôdas as que se prezavam de “ter qualidade”, ao chegarem próximo da igreja, polvilhavam suas carapinhas com ouro e iam lavá-las numa pia que ainda existe”.

A devoção dos pretos por N. S. do Rosário não se cingia apenas ao Rio de Janeiro, mas dominava em todo o Brasil.

* * *

Quando a família real portuguesa voltou para Lisboa, em abril de 1821, aqui deixou como regente o príncipe D. Pedro.

Mal haviam chegado a Portugal os soberanos, e já os brasileiros demonstravam a sua repulsa pelo domínio português e o seu vivo desejo de independência, no que eram francamente apoiados pelo próprio D. Pedro, que se tornou a figura de maior destaque da nossa História.

Os rumores das agitações populares com a anuência do regente logo se fizeram ouvir na Côrte, o que provocou uma ordem de D. João 6.^o para que o príncipe entregasse o governo a uma Junta, e regressasse imediatamente a Portugal. Dessa forma — pensavam as côrtes lusitanas, estariam de vez sufocados os anseios de liberdade do povo brasileiro...

Nessa ocasião o Senado da Câmara funcionava no Consistório da Igreja de N. S. do Rosário e S. Benedito. Foi dali que a 9 de janeiro de 1822, saíram José Clemente Pereira e seus pares para se avistarem com D. Pedro e entregar-lhe uma representação popular com 8.000 assinaturas, redigida por Frei Francisco de Sta Teresa de Jesus Sampaio, pedindo ao príncipe, de quem era grande amigo, que se deixasse ficar no Brasil. E foi junto ao mesmo Consistório, sôbre um monte de pedras, que Inocêncio da Rocha Maciel, filho do Capitão-mor José Joaquim da Rocha, leu em voz alta para a grande multidão que o rodeava, a resposta de D. Pedro: — **“Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto; diga ao povo que fico!”**

Foi, portanto, ali na Igreja do Rosário que se deu um dos mais decisivos passos para a nossa emancipação política.

Na fachada do templo há uma placa de bronze referente ao importante acontecimento, e que foi ali colocada por iniciativa do historiador Noronha Santos.

Também dali do Senado da Câmara foi que partiu a comissão que procurou D. Pedro, em 13 de maio de 1822, para rogar-lhe que aceitasse o título de “Defensor perpétuo do Brasil”, quando o governo português ordenou aos seus representantes nos países estrangeiros que se opusessem à remessa de armas e munições para aqui. Em 23 de maio do mesmo ano, novamente o Senado da Câmara dirigiu-se ao regente para pedir-lhe a convocação de uma Assembléia Legislativa brasileira, pedido que imediatamente foi satisfeito pelo príncipe. Igualmente foi no Consistório da Igreja do Rosário que esteve exposto o livro, em 1824, para que todos os cidadãos dessem o seu voto aprovando ou rejeitando a Constituição apresentada pelo primeiro imperador.

Depois de 1824 o Consistório da igreja esteve vago durante algum tempo, pois o Senado mudara-se para o Campo de Sta. Ana. Logo a seguir, porém, foi ocupado pela Imperial

Academia de Medicina para a realização de suas sessões ordinárias.

* * *

Quando morreu José do Patrocínio — um dos pioneiros da campanha pela abolição da escravatura, e cujo nome estará para sempre fulgurando em lugar de destaque na História da Pátria, o corpo dêsse inolvidável tribuno esteve exposto na sacristia da Igreja do Rosário, transformada em câmara ardente. Era êsse digno filho do Brasil, membro da Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito.

Falecera o “Zé do Pato” em sua modesta casinha suburbana da rua Dr. Bulhões, em Engenho de Dentro, na noite de 30 de janeiro de 1904, sendo os seus restos transportados no dia seguinte para o templo da rua Uruguaiana. Envolvendo o travesseiro em que pousava para o último sono aquela cabeça iluminada, sempre povoada de sonhos de beleza, estava uma fôlha da “Cidade do Rio”, jornal que fundara, e em cujas colunas êle e outros defenderam sempre os seus ideais de liberdade.

Da Igreja do Rosário saiu o préstito fúnebre, com enorme acompanhamento, não só de vultos relevantes na política ou na intelectualidade do tempo, mas também, e em grande parte, de gente humilde que sempre encontrara em José do Patrocínio um incondicional amigo. A êsse respeito, diz Osvaldo Orico em seu precioso volume PATROCÍNIO: — “A multidão que êle seduziu com a sua palavra, foi também atraída pelo seu silêncio. Tôda ela conduziu ao cemitério numa despedida votiva, o corpo do Libertador”.

* * *

Se antigamente a igreja era mal cuidada, se em seu redor havia monturos de lixo, e si se ressentia de maior atenção da Irmandade, êsses fatos pertencem agora ao passado e não devem ser revolidos. Atualmente o templo da rua Uruguaiana é asseiado, encantadoramente singelo, claro e agradável à vista.

O teto de tôda a nave é de madeira, pintado com carinho. No altar-mor, lá no alto, está N. S. do Rosário com o Menino-

Deus, e, abaixo, uma grande imagem de S. Benedito — os donos da casa, ladeados por S. Pedro e S. Domingos.

Conta a nave da igreja sete altares — 4 à direita e 3 à esquerda. Sobre os primeiros pousam as imagens de N. S. da Cabeça, Sta. Ana, Sto. Antônio, Sto. Expedito, S. Sebastião e S. José; nos da esquerda vêm-se Sta. Bárbara, Sta. Luzia, N. S. da Conceição, N. S. das Dôres e Sta. Terezinha.

Na sacristia há um altar com o Crucifixo, e sobre os dois arcazes de jacarandá se contempla uma bela imagem do Cristo amarrado à coluna, depois da flagelação.

A igreja do Rosário, na sua simplicidade, na ausência completa de luxo, é uma casa essencialmente do povo. Ali, em priscas eras, sob aquele teto, confundiram-se muitas vezes a nobreza e a plebe em solenes festas para homenagear os santos padroeiros. E pelos muitos fatos históricos que ali se desenrolaram, dentre os quais salientamos alguns, constitue também uma página de grande vibração na formação da nossa nacionalidade.